Daniela Negraes Pinheiro Andrade

daniela@ddados.com.br

Ana Cristina Ostermann

aco@unisinos.br

O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea

Police interrogation in Brazil: institutional talk permeated by traces of spontaneous conversation

RESUMO - O artigo discute como se constituem os interrogatórios policiais em uma delegacia de polícia brasileira e quais são as características que os tornam diferentes dos interrogatórios policiais investigados em outros contextos. Para que se estabeleça esta comparação, tomam-se como base os estudos sobre interrogatórios policiais conduzidos por Shuy (1998), nos Estados Unidos, por Komter (2003), na Holanda, e por Heydon (2005), na Austrália. Percebe-se que, enquanto os interrogatórios policiais na Austrália, Estados Unidos e Holanda assemelham-se na forma como são conduzidos (supressão de expressões de simpatia, de afiliação ou de desafiação com os depoentes, utilização de jargão técnico ao longo de todo o interrogatório, entre outros), os interrogatórios policiais brasileiros do contexto investigado divergem de todos esses em vários aspectos. Os principais fenômenos responsáveis por tal dissonância são: (1) o uso da ironia, (2) a criação de hipóteses sem o uso de metalinguagem e (3) a projeção de avaliações sobre situações envolvidas no crime, sobre tópicos mencionados pelo depoente e sobre próprio depoente. Os interrogatórios conduzidos pelos policiais brasileiros são também permeados por risos, por posições de não-neutralidade, por afiliação e desafiação por parte dos policiais, opções essas que parecem atribuir características de conversas cotidianas àquelas interações.

Palavras-chave: interrogatório policial, interação institucional, conversa cotidiana.

ABSTRACT - The article discusses how police interrogations in a Brazilian police station are constituted and what characteristics make them different from police interrogations investigated in other cultural contexts. We take as bases for comparison studies of police interrogation conducted by Shuy (1998), in the USA, by Komter (2003), in the Netherlands, and by Heydon (2005), in Australia. Whereas the police interrogations in Australia, USA and the Netherlands are similar in the way they are conducted (avoidance of expressions of sympathy, affiliation or disaffiliation with the deponents, use of technical jargon throughout the interrogation, among others), the Brazilian police interrogations in the context investigated diverge from all of those in several aspects. The main phenomena responsible for such dissonance are: (1) use of irony, (2) creation of hypotheses without making use of metalinguage, and (3) use of evaluations about situations concerning the crime, topics mentioned by the deponent, and the deponent himself/herself. The interrogations conducted by the Brazilian police officers are also permeated by laughter, less caution with regards to maintaining a position of neutrality, affiliation and disaffiliation by the officers, options that seem to give characteristics of spontaneous conversations to those interactions.

Key words: police interrogation, institutional interaction, spontaneous conversation.

Introdução

Considerando a relevância que o evento discursivo *interrogatório policial* denota no cotidiano, este texto discute as estratégias interacionais utilizadas por policiais de uma delegacia da região metropolitana de Porto Alegre na apuração de homicídios. As reflexões aqui apresentadas advêm dos seguintes questionamentos: como

se constituem os interrogatórios policiais em uma delegacia de polícia brasileira e quais são as características que os tornam diferentes dos interrogatórios policiais investigados em outros contextos culturais?

O aumento da criminalidade no Brasil é inquestionável. O sentimento que assola cidadãos e cidadãs brasileiras pode ser mensurado a partir da análise dos dados de uma pesquisa conduzida pelo Ministério da Justiça. O

estudo, que analisou o número de vítimas de homicídios registrados em 26 regiões metropolitanas do país, aponta um crescimento da ordem de 9,4% de vítimas fatais no período entre 1998 e 2002.¹ Um dado que chama atenção na pesquisa é o fato de que, nas regiões metropolitanas brasileiras, o número de homicídios é quase o dobro em relação à média nacional.

Sendo assim, o estudo do evento discursivo interrogatório policial torna-se relevante uma vez que é a partir das informações coletadas através dele que a polícia tem a chance de fazer cumprir um dos seus deveres institucionais perante a sociedade, isto é, mandar para os bancos de réus ladrões, assassinos, estupradores, estelionatários e todo e qualquer tipo de criminoso que ameace o bem-estar social.

Dessa forma, além de trazer à discussão acadêmica um tipo de interação normalmente “oclusa”² à sociedade, ainda que de extrema importância e com importantes conseqüências para a sociedade em geral, este estudo visa a contribuir para o desenvolvimento da linguística forense no Brasil. Para tanto, utilizamos interações gravadas e transcritas entre investigadores policiais e indiciados por homicídio.

Conversa institucional

A interação institucional extrapola os limites físicos de uma instituição:

“[U]ma entrevista policial que acontece em uma casa de família ainda é tão identificável como pertencente à mesma categoria de discurso institucional quanto aquela que acontece em uma delegacia policial, contanto que a interação torne relevantes as identidades de policiais e suspeitos/testemunhas” (Heydon, 2005, p. 38, nossa tradução).

Além de independe do contexto físico em que acontece e do canal de comunicação utilizado, a interação institucional pode ocorrer tanto entre profissionais da mesma área de atuação quanto entre profissionais ou representantes de determinada instituição e interagentes ditos leigos.

A conversa institucional acontece sempre que pelo menos um dos interagentes constrói o seu turno de fala de forma a estabelecer ou manter a “institucionalidade” da interação em andamento (Zimmerman, 1992). Isso pode acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar. Todavia, há contextos em que a fala institucional é mais evidente, tendo em vista as atividades que certos eventos invocam. Julgamentos, aulas, consultas médicas, entre outros, são exemplos de eventos cujos objetivos e tarefas a serem

cumpridos são bem definidos (Heritage e Sefi, 1992) O fato é que, quanto mais tangível for o propósito do evento social e, conseqüentemente, mais objetiva a tarefa que os interagentes se propõem a desempenhar, mais institucionalmente marcada será a interação. Além disso, enquanto em uma conversa espontânea os papéis discursivos freqüentemente se alternam entre os participantes, numa conversa institucional há uma tendência à não alternância desses papéis (Drew e Heritage, 1992b).

Na introdução de uma coletânea de artigos representativos de estudos de interações institucionais, Drew e Heritage (1992a) afirmam que vários artigos naquele volume sugerem que, diferentemente do que ocorre em conversas espontâneas, nas interações institucionais, os profissionais ou representantes institucionais elaboram sua fala de forma a manter certa cautela, ou até mesmo uma posição de neutralidade em relação aos seus interagentes. Algumas das características observadas nos estudos dessa coletânea são: evitação de afiliação ou desafiliação de forma a sustentar uma posição de neutralidade (Atkinson, 1992); evitação de respostas que possam indicar avaliação do outro participante (Button, 1992); e cautela ao expressar desacordo (Greatbach, 1992).

Drew e Heritage (1992b) também discorrem sobre o que eles chamam de “as cinco maiores dimensões da conduta interacional” através das quais a institucionalidade de uma interação pode ser pesquisada: (a) escolha lexical; (b) construção de turno; (c) organização seqüencial; (d) organização estrutural global; (e) relações sociais e epistemologia social [nossa tradução].

Através da escolha lexical, o falante evoca a institucionalidade, ao orientar sua fala de forma a “ocasionar” o contexto como institucional. Por exemplo, a escolha da palavra “elemento” para se referir a uma pessoa, bem como do vocábulo “meliante” e da expressão “positivo e operante” – conhecidos jargões da polícia brasileira –, evoca um contexto interacional tipicamente policial.

Já a construção dos turnos envolve a seleção da ação que um turno irá desempenhar (por exemplo, discordar, concordar e desafiar) e a seleção de como essa ação será performada (no caso de uma discordância, por exemplo, se acontecerá de forma direta ou se será realizada de forma mais indireta, desenvolvida em vários turnos de fala, com atenuadores discursivos, com justificativas, etc.).

A organização seqüencial refere-se aos tipos de seqüências que caracterizam uma interação. Por exemplo, os interrogatórios policiais diferem largamente das conversas espontâneas por serem compostos basicamente da seqüência interacional do tipo “pergunta-resposta”,

¹ Para maiores informações sobre o estudo, sugerimos acesso ao site do Ministério da Justiça no endereço http://www.mj.gov.br/senasp/home_estatisticas.htm.

² Textos ou interações normalmente não acessíveis às pessoas que não fazem parte daquele meio em função de seu caráter confidencial. Para uma discussão mais aprofundada sobre gêneros “oclusos” (também conhecidos como “fechados”), sugerimos a leitura de Swales (1996).

em que apenas um dos interagentes tem o direito de perguntar enquanto ao outro cabe o dever de responder.

A quarta dimensão, ou seja, a organização estrutural global, distingue uma interação institucional de uma conversa comum pelo fato de que a última não segue um script ou uma rotina de eventos; ao contrário, caracteriza-se pela imprevisibilidade dos rumos que podem tomar ao longo da interação. Há alguns tipos de interação institucional nos quais os padrões da organização estrutural global podem ser mais facilmente identificados, como as consultas médicas e as audiências em tribunais.

Finalmente, a quinta dimensão apontada por Drew e Heritage (1992b) refere-se ao conhecimento de mundo que cada um de nós possui sobre os diferentes eventos sociais dos quais somos participantes ou meros observadores, ou seja, a nossa epistemologia social. Esse conhecimento nos ajuda (ou não, no caso de sua ausência) a construir e atribuir identidades distintas que se aplicarão a objetivos também distintos. Essas diversas identidades são construídas, em grande parte, através da fala. Em eventos institucionais isso não é diferente. Através dos recursos disponíveis tais como escolha lexical e construção de turno, os interagentes fazem uso da epistemologia social que possuem para orientar suas falas e “institucionalizar” uma conversa.

O interrogatório policial: seus meios e seus propósitos

Seja qual for a natureza de uma conversa, a assimetria, que acaba por se constituir em praticamente todas as relações sociais, está proporcionalmente ligada ao poder que permeia toda e qualquer relação social; quanto maior for a assimetria existente entre os interagentes, maior será o poder exercido por um deles em relação ao outro (Drew e Heritage, 1992b).

Nos interrogatórios que acontecem nos departamentos de investigação de homicídios, a assimetria que “empodera” os policiais é intrínseca ao evento em si, tanto que Settle (1990) denomina “abuso de poder” os “direitos conversacionais” concedidos aos policiais e afirma ainda que tal abuso é legitimado pela lei.

Nos casos de homicídio, a resolução do crime é, sem dúvida, o objetivo primeiro sempre que um inquérito policial é instaurado. É por esta razão que todas as partes envolvidas no evento criminal (suspeito(s), testemunha(s), vítima(s) – quando possível) são chamadas à delegacia para prestar depoimentos cujos teores serão “cruzados” pelos policiais encarregados do caso, para que medidas sejam tomadas. Este cruzamento de informações é chamado pelos policiais de “processo de averiguação dos fatos” e é feito basicamente através do evento discursivo denominado “interrogatório”.

Concernente ao primeiro passo do “processo de averiguação dos fatos”, ou seja, a coleta de informações,

Shuy (1998) acredita que os policiais investigadores deveriam adotar uma estratégia mais “conversacional”. Seguindo o autor, quanto mais um interrogatório se assemelhar a uma conversa comum, mais chances de sucesso o investigador terá de atingir o objetivo que lhe é mais precioso: a verdade ou até mesmo a confissão.

A fala institucional da polícia: um perfil baseado em padrões estadunidenses, holandeses e australianos

Há alguns pontos de interseção entre os resultados oriundos das pesquisas focadas em interações (fundamentadas na Análise da Conversa, na Sociolinguística Interacional e na Etnografia) em delegacias de polícia realizadas nos Estados Unidos (Shuy, 1998), Holanda (Komter, 2003) e Austrália (Heydon, 2005). Um dos pontos para o qual queremos chamar atenção entre os padrões em questão recai sobre o grau de formalidade dos interrogatórios policiais. Quando Shuy (1998) aconselha investigadores a serem mais “conversacionais”, o autor alude a um traço característico da fala dos policiais estadunidenses: a formalidade. Igualmente formais são os investigadores que fizeram parte das interações estudadas tanto por Heydon (na Austrália) quanto por Komter (na Holanda). Os estudos mostraram que os policiais investigadores resistem a se desvincular das características de conversa institucional sugeridas pelos manuais de treinamento em razão do receio de terem suas autoridades ameaçadas (Heydon, 2005, p. 192). Um aspecto curioso referido no estudo realizado por Heydon é a crença por parte dos policiais de que os jargões usados por eles atendem melhor aos propósitos da instituição policial e que a linguagem mundana pode ser causadora de mal-entendidos durante a investigação, como podemos averiguar no exemplo a seguir:

Excerto 1. Transcrição 6-2 NT1 de Heydon (2005, p.169).

536	Pio1:	(0.6) <i>right? I'll just (0.4) read it to you (0.2) again slowly</i> ⇒ (0.6) certo? eu vou só (0.4) ler pra você de novo devagar ⇒
537	SPT1	° all right° ° tá certo°
538	Pio1	your <u>fingerprints</u> are required for the <u>purpose</u> of en- <u>identification</u> ⇒ suas <u>digitais</u> são necessárias para o <u>propósito</u> de ah- <u>identificação</u> ⇒
539		(0.4) <i>your fingerprints may be used in evidence at court</i> ⇒ (0.4) suas digitais <u>podem</u> ser <u>usadas</u> como evidência no tribunal ⇒
540		0.5) <i>if you refuse (.) to give your fingerprints voluntarily</i> ⇒ ((0.5) se você se <u>recusar</u> a tirar suas digitais <u>voluntariamente</u> ⇒

- 541 (0.2) a member of the police force may
use reasonable force to obtain them ⇒
542 (0.2) um membro da corporação pode
usar certa força para obtê-las ⇒

Como se pode observar, a escolha lexical, uma das cinco dimensões da conduta interacional sugeridas por Drew e Heritage (1992b) para se investigar a institucionalidade da uma conversa, claramente contribui para a institucionalização e, nesse caso, também para a maior formalidade dessa interação.

No segmento abaixo, extraído de um interrogatório policial australiano e que faz parte do corpus analisado por Heydon (2005, p. 104), pode-se observar que o policial utiliza preferencialmente a palavra *bicep* para descrever a parte do corpo da vítima que teria sido agarrada pelo suspeito, fazendo inclusive uma auto-correção quando usa o vocábulo *arm* (braço), nas linhas 236-237. Ainda que o policial esteja com um laudo pericial à mão, do qual tenha extraído a palavra *bicep*, ele não opta por uma palavra mais simples e usual, no caso braço.

Excerto 2. Transcrição 4-27 INT2 de Heydon (2005, p. 104).

- 235 pio2: (0.2) a:hm? at some stage ⇒ (0.2)
a:hm?em algum momento ⇒
236 idja have *didja* have ever have hold
of 'er other arm ⇒
você segurou o outro braço ⇒
237 (0.6) bicep
(0.6) bíceps
238 SPT2: (1.0) no 'I?(0.4) no
'(1.0) não 'I?(0.4) não '

O uso da metalinguagem para o esclarecimento dos próprios propósitos discursivos, como se pode verificar abaixo, é uma das estratégias utilizadas por policiais estadunidenses, australianos e holandeses para que seus procedimentos não venham a ser questionados posteriormente. Essa pode ser também uma estratégia discursiva que cria maior institucionalidade na interação, já que é incomum que aconteça em conversas espontâneas. No excerto a seguir, do contexto holandês, o policial, que está interrogando uma mulher acusada de ter cometido roubo, pede permissão para descrever uma situação hipotética. Em seguida, ao verificar que a indiciada não sabe o que significa uma situação hipotética, explica-lhe o que quer dizer:

Excerto 3. Transcrição de Komter (2003, p. 449).

- 1 P: *May I describe a hypothetical situation to you?*
Posso descrever uma situação hipotética para
você?
2 S: *Hm?*
Hm?
3 P: *You know what I mean by that?*
Você sabe o que eu quero dizer com isso?

- 4 S: *Hm I don't know that.*
Hm eu não sei.
5 P: *An-an-an- (1) a situation that I (1)*
Um-a-a- (1) uma situação que eu (1)
6 that I uh that can be true, but can also be untrue.
que eu uh que pode ser verdade, mas pode
também não ser verdade
(P continues to explain the word
"hypothetical")
(P continua a explicar a palavra hipotética))
(linhas omitidas))
14 P: *What I have in mind*
O que eu tenho em mente

O que se pode verificar nesse excerto em relação ao uso de metalinguagem é: (1) o policial, mesmo exercendo uma função que lhe confere mais direitos interacionais do que ao indiciado, pede autorização para trabalhar com uma situação hipotética, possivelmente para não ser acusado de confundir a depoente; (2) o policial procura certificar-se de que a depoente não tomará a situação hipotética proposta por ele como uma imputação, o que pode ser interpretado como uma prevenção para o caso de alegação de falsas acusações contra a depoente; (3) o policial estende seu turno para explicar o que seria uma situação hipotética, considerando-se que ele inicia a explicação na linha 5 e a termina na linha 14, quando então começa a construir a situação hipotética em si.

Uma outra característica comumente utilizada por policiais para estabelecer ou manter a institucionalidade de uma conversa é o distanciamento ou a não-afiliação para com o interagente. A não-afiliação entre os interagentes pode ocorrer de diversas maneiras. Algumas características de não-afiliação entre os interlocutores podem ser percebidas através do riso que não encontra um eco, uma resposta formal a um cumprimento informal (e.g. "Oi" vs. "Boa noite"), o silêncio diante da fala do outro, enfim, quando não há alinhamento entre os interagentes durante a conversa.

O excerto abaixo, que provém do *corpus* analisado por Heydon, exemplifica uma situação de não-afiliação.

Excerto 4. Transcrição 4-10 INT1 de Heydon (2005, p. 104).

- 285 SPT1: (1.1) *yeap? now I didn't mean to break his teeth* ⇒
(1.1) sim?ð agora eu não quis quebrar o
dente dele ⇒
286 *I didn't know I did that* ⇒
Eu não sabia que eu fiz isso ⇒
287 (0.8) *I'm sorry I did that* ⇒
(0.8) eu sinto muito se eu fiz isso ⇒
288 *but I didn't know I was doing it* ⇒
mas eu não sabia o que eu estava fazendo ⇒
289 pio1: *well you've hit him on the-*
bem você acertou ele no(-)

290

with *your right hand* ⇒
(.) com *sua mão* direita ⇒

O acusado, nas linhas 285-288, embora admita ter batido na vítima, deixa claro que não foi sua intenção quebrar-lhe os dentes. Ele afirma não ter conhecimento da consequência do seu ato e se desculpa pelo acontecido (i.e. pelo fato dos dentes da vítima terem sido quebrados). Ao recobrar o turno, linhas 289-290, o policial não se mostra nem solidário, nem compreensivo, tampouco benevolente para com o pedido de desculpa do acusado (linhas 287-288). Ao contrário, o policial o confronta (o início do turno com a expressão *well* anuncia que o que segue no turno do policial provavelmente se oporá ao que foi dito pelo acusado), relatando como o golpe foi desferido e estabelecendo, portanto, uma possível relação de intencionalidade para a ação. Dessa forma, pode-se constatar a não-afiliação do policial para com a negação da intencionalidade e o arrendimento por parte do acusado. O policial assume o papel discursivo de desafiador/confrontador e, ao agir desse modo, faz valer uma das prerrogativas do exercício da sua função, isto é, derrubar a versão do acusado.

Interrogatório policial em uma delegacia brasileira

Tendo descrito algumas das estratégias discursivas empregadas por polícias de diferentes contextos, mostramos a seguir como os interrogatórios acontecem em uma delegacia de polícia brasileira e o que os difere dos contextos estudados por outros autores. Para tanto, utilizamos dados coletados durante quinze visitas, entre outubro e dezembro de 2004, em uma delegacia de polícia civil localizada na região metropolitana de Porto Alegre.³ Dos cinco interrogatórios policiais gravados durante essas visitas, três são discutidos aqui. Dois deles foram conduzidos por dois policiais (aqui chamados de Investigador 1 e Investigador 2) e o terceiro por apenas um (Investigador 1). As gravações têm, em média, duração de 90 minutos.

Os excertos que discutimos a seguir mostram como os policiais brasileiros investigados utilizam estratégias conversacionais freqüentemente observadas em conversas cotidianas, tais como relaxamento da cautela, posições de não-neutralidade, afiliação e desafiação, construção de hipóteses sem uso de metalinguagem, avaliação de seus interagentes, entre outras, no exercício das suas funções. Através dessa discussão, certamente não queremos afirmar que as interações analisadas constituem conversas espontâneas. Assim como os policiais holandeses, estadunidenses e australianos, os policiais investigados aqui também questionam, pressionam, confrontam etc., não deixando, portanto, de desempenhar as tarefas

institucionais que lhes são imputadas. Em outras palavras, desempenham seu papel institucional de policial assim como os policiais descritos por Shuy (1998), Komter (2003) e Heydon (2005).

A análise reportada a seguir discute três características distintas em relação às estratégias reportadas por aqueles autores, a saber: uso da ironia, criação de hipóteses e projeção de pareceres avaliativos.

Uso da ironia

Clift (1999) defende que, além da estratégia de inversão do significado daquilo que é dito, a ironia pode ser explicada através do conceito de “enquadre” (Bateson, 1972; Goffman, 1974). Segundo a autora, por meio da mudança abrupta de enquadre, o falante corrente é capaz de proferir uma elocução que provoca em seu interlocutor o reconhecimento de uma transgressão de um juízo ou de opinião partilhada como senso comum. Além disso, através da combinação da construção do turno onde se insere a elocução irônica e a disposição desse turno dentro de determinada seqüência da interação, é possível identificar-se a mudança de enquadre realizada pelo falante que resultará na ironia.

Nos excertos que seguem, é possível verificar que os policiais utilizam-se da ironia ao alertar e confrontar o suspeito e ao emitir avaliações sobre fatos pertinentes aos inquéritos que estão lavrando. O excerto abaixo ilustra o uso da ironia em várias oportunidades, a começar pela linha 502, onde “companhia limitada” denota, ao contrário do conceito usado para definir sociedades com quotas de responsabilidade limitada, a idéia de “gangue” ou grupo de malfeitores.

Excerto 5. Transcrição IP1/3DCSL – 2004.

494	Suspeito:	=qual tiroteio
495	Inspetor 1:	[esse do: que tu ah::=
496	Inspetor 2:	[esse que ((apontando para a perna do sujeito))
497	Suspeito:	=eu fui assaltado?
498	Inspetor 2:	(.) aonde isso?
499	Suspeito:	ali no são João?
500	Inspetor 2:	(.) tava tu e quem? tu o Fiu e quem mais?= 501 Suspeito: =não tava só eu 502 Inspetor2: não tava tu o Fiu e companhi[a limitada? 503 Suspeito: [não tava só eu= 504 Inspetor 1: =só tu::? 505 Inspetor 2: só tu tava ali= 506 Inspetor 1: =pra ti vê que povo

³ A coleta de dados foi realizada pela primeira autora.

507		fofoqueiro né? (por aqui) chegou um papo que vocês foram lá buscá bagulho tal tal? e deu um entrevero?
508	Suspeito:	aonde isso
509	Inspetor 1:	(>pra gente<) chegou que era em cidade baixa? o essa lambança aí
510	Suspeito:	(°nessa aí eu não tava°)
511	Inspetor 2:	pessoal fala demais né? (.) talvez pesô o fato d-
511	Inspetor 1:	que <u>azar</u> né tchê. ° de sê assaltado°.

Além desse comentário, na linha 504, o prolongamento da vogal em tom ascendente parece sinalizar desconfiança. Além disso, a elocução não foi proferida como um questionamento pura e simplesmente. Seu tom irônico é reforçado pela subsequente fala do Inspetor 1. Em outras palavras, na linha 506, o Inspetor 1 recorre à versão fantástica, apontada por Clift (1999) como uma das formas de exprimir ironia, para confrontar a versão do suspeito (estar desacompanhado no momento em que um suposto assalto, do qual o suspeito declara ter sido vítima, teria ocorrido), ao se utilizar da idéia de “povo fofoqueiro”. Essa idéia, reforçada na linha 511 pelo Inspetor 2 (“pessoal fala demais né?”), caracteriza-se como uma versão fantástica porque, partindo do pressuposto de que fofoca é uma conversa ou comentário sobre a vida de alguém, normalmente calcada em inverdades, seria insensato a polícia levar em consideração conversas “do povo” em casos de investigação criminal. Por fim, a ironia aparece também no comentário proferido pelo Inspetor 1 (“que azar né tchê ° de sê assaltado”), corroborando a teoria do eco de Sperber e Wilson (1995), que explica que a ironia pode ser percebida através do eco que o falante faz de algo que foi previamente dito ao mesmo tempo em que se dissocia da interpretação ou pensamento proferido pelo falante “original”.

No excerto a seguir, a ironia pode ser percebida pela mudança de enquadre do Inspetor 1, na linha 468. O policial, que vinha tomando os dados do suspeito em relação a sua profissão, profere um comentário sobre o apelido do suspeito.

Excerto 6. Transcrição IP2/3DPSL/IP 1-2004.

459	Inspetor1:	profissão tua?
460	Suspeito:	ferreiro
461		(.)
462	Inspetor1:	(fica a teu critério aí tu é coveiro) não:
463	Suspeito:	não. sou ferreiro de profissão
464	Inspetor1:	ah () funcionário público:::
465	Suspeito	() mas eu sou autônomo.
466	Inspetor1:	autônomo?
467	Suspeito:	autônomo.
468	Inspetor1:	e o apelido é coveiro por sinal@?
469	Suspeito:	é: coveiro

A ironia pode ser explicada pelo fato de que, embora no excerto não esteja explicitado, o suspeito trabalha como coveiro no cemitério do bairro onde ambos, suspeito e vítima, residem. Em outras palavras, a ironia emerge da constatação de que, caso o homicídio tivesse se concretizado e a vítima fosse sepultada no cemitério localizado perto da sua residência, o algoz e o coveiro da vítima seriam a mesma pessoa, isto é, o suspeito. A ironia da situação é evocada pelo comentário do Inspetor 1 (linha 468), que vem acompanhado de riso – o que também colabora para a construção da ironia.

A ironia pode ou não vir acompanhada de pistas visuais (Clift, 1999). No caso do excerto a seguir, é bastante plausível considerar que as pistas visuais de contextualização oferecidas, tanto pelo Inspetor 1 quanto pelo Inspetor 2, reforçam a ironia de suas elocuições.

Excerto 7. Transcrição IP1/3DCSL – 2004.

652	Inspetor 1:	o:lha que deus castiga ein? ((dedo em riste))
653		(0.3)
654	Inspetor 2:	a verdade o libertarás? ou não né. ((levanta a cabeça sorrindo))

É possível afirmar que o prolongamento da vogal na elocução do Inspetor 1, na linha 652 (“o:lha que Deus castiga ein?”) e o emprego da interjeição “ein”, somados ao gesto de colocar o dedo em riste resultam numa congruência entre elocução e pista visual que suscita ironia na performance do Inspetor 1. O mesmo acontece no caso do Inspetor 2, que levanta a cabeça sorrindo ao proferir “a verdade o libertarás? ou não né”. O Inspetor 2 contrapõe a idéia de um dos ensinamentos bíblicos – João 8 versículo 32 – pois, nesse caso, ao contrário da liberdade, a verdade resultará na prisão do suspeito. A pista visual oferecida pelo Inspetor 2 (levantar a cabeça sorrindo) corrobora essa interpretação.

No excerto a seguir, mais uma vez a ironia pode ser percebida no comentário que o Inspetor 1 faz a respeito do fato de a tentativa de homicídio ter ocorrido no dia dois de novembro, sabidamente, data de celebração dos mortos, dia esse a que o Inspetor se refere como “um dia bom para morrer”.

Excerto 8. Transcrição IP2/3DPSL/IP 1-2004.

196	Inspetor 1:	se bem que acabou: de ocorrê né tchê? dia dois de novembro.
197	Suspeito:	pois é? =
198	Inspetor 1:	= @ @ @ @ @ (>vai dizê<) que não é um dia bom pra morrer?
199	Suspeito:	acho que não

Como se poder observar, o comentário é proferido acompanhado por um riso bastante audível, o que intensifica a carga irônica da elocução. Fenômeno seme-

interrogar suspeitos ou acusados também pelos excertos discutidos a seguir.

Excerto 13. Transcrição IP3/3DPSL-2004.

156 Inspetor 2 [não viu nada? tá? mas tu escutô um tiro? aí tu vai falá com teu pai?
157 aí teu pai diz não me estranhei com o Anderson. e fica por isso?
158 tu não vai dizê ah mas eu escutei um ti:ro? alguém deu tiro em
159 quem, como é que foi como que não foi? >tu não perguntô [prá ele.<

No trecho compreendido entre as linhas 156 e 159, o Inspetor 2, diante do fato de que o barulho de um tiro havia sido escutado, reconstitui, por meio do discurso reportado direto, o que teria sido a elocução proferida pelo pai⁷ da pessoa suspeita de ser testemunha ocular e cúmplice no crime. Em seguida, ele questiona o suspeito e, conseqüentemente, sua versão⁸. Através da conjectura de que se uma pessoa ouve um tiro e logo em seguida se depara com alguém que alega ter “se estranhado” (brigado, argumentado ou discutido) com uma terceira pessoa, é perfeitamente aceitável que esses fatos sejam passíveis de serem relacionados. Em razão de as perguntas feitas pelo Inspetor 2 terem sido permeadas por um pensamento lógico intercalado com elocuições proferidas em tom ascendente, pode-se dizer que o próprio questionamento do policial configura a construção de uma hipótese.

A formulação de hipótese pode ser mais uma vez observada no excerto abaixo, em que o Inspetor 1 interroga o suspeito no que tange à droga (“bagulho”) que se encontrava em poder do traficante no momento do crime.

Excerto 14. Transcrição IP1/3DCSL – 2004.

265 Inspetor 1: =tu mesmo tá me dizendo né tchê.
que que tu e-t- tu era viciado.
266 na pedra? >eu até acredito que seja?
mas tudo bem?< não cabe a
267 nós tá discutindo agora? mas tu é
viciado na pedra? tu mesmo disse
268 que vendeu tudo que tinha?
que que que=
269 Suspeito: =o que eu tinha eu vendi
270 Inspetor 1: que se estragô aí por causa da
pedra? aí tá ali o cara morto.(.) tá? (.)
271 eu não sei onde que ele guardava a
pedra? mas vocês deviam sabê?
272 er- tu não vai pegá pegá o:: bagulho
do cara? não pega[r-?

273 Suspeito: [() ele tinha
274 umas paranga no bolso>tá ligado<=

É interessante observar a habilidade do policial em levantar argumentos bastante procedentes a partir das informações providas pelo suspeito. Ao intercalar fatos fornecidos pelo depoente com suas próprias avaliações a respeito da condição de (ex-)viciado do suspeito, o policial constrói a hipótese de a droga ter sido roubada pelo suspeito (em conjunto) com seu cúmplice. No trecho compreendido entre as linhas 265 e 268, o policial reporta o que lhe foi dito anteriormente pelo próprio suspeito para sustentar o argumento de que havia uma probabilidade de o suspeito e seu companheiro saberem onde se encontrava a droga. Além disso, a avaliação (“eu até acredito que seja” [viciado em droga]) proferida pelo Inspetor 1 (linha 266) parece enfatizar a razão pela qual o policial suspeita do roubo da droga.

Projeção de pareceres avaliativos

Um falante, através de um parecer avaliativo, declara o seu juízo concernente a algo ou a alguém. Nos excertos discutidos a seguir, verificamos que ambos os Inspetores 1 e 2 produzem avaliações sobre os fatos e situações relacionadas aos crimes e também a respeito das pessoas envolvidas, demonstrando, portanto, que seus enunciados não são imparciais. Lembramos aqui que, entre outras características apresentadas, a fala institucional tem sido descrita na literatura como sendo neutra, cautelosa e desprovida de emoções, asserção esta já contestada por Ostermann (2000; 2003; 2006), ao investigar interações entre policiais mulheres e mulheres vítimas de violência de gênero em uma Delegacia da Mulher no Brasil.

Avaliações sobre terceiros

Observa-se que as avaliações feitas pelos policiais sobre terceiros aparecem em diversos contextos. No trecho abaixo, por exemplo, o Inspetor 1 profere duas avaliações sobre a mesma pessoa.

Excerto 15. Transcrição IP1/3DCSL – 2004.

98 Inspetor 1: =ma vai me dizê que o Fiu bandido.
o cara que cheio de homicídio
99 ambém no morro lá ia vê uma
situação dessa sabendo que foi
100 contigo que é seu camarada. ia saf
correndo? (.) ia te deixá mal ali?

⁷ O pai do suspeito, nesse caso, é a pessoa acusada do homicídio em questão.

⁸ O suspeito mantém a versão de não ter conversado com o pai sobre o tiro desferido contra a vítima.

Na linha 98, o Inspetor refere-se ao Fiu (pessoa que acompanhava o suspeito no momento do crime) como “bandido”, enquanto, na linha 100, a mesma pessoa recebe a avaliação de “camarada”. As duas avaliações parecem servir para confrontar o suspeito. Em outras palavras, o Inspetor 1 lança dúvida sobre a versão de que Fiu teria saído correndo do local do homicídio, uma vez que seria plausível pensar que um “camarada bandido” não iria “deixar mal” um amigo, ou seja, não teria saído correndo do lugar, deixando o suspeito (no caso, amigo) enfrentar o traficante sozinho.

Já a avaliação do Inspetor 2 acerca de Anderson, vítima de tentativa de homicídio pelo suspeito interrogado, parece soar como um simples comentário irônico, conforme vemos no Excerto 16, a seguir.

Excerto 16. Transcrição IP3/3DCSL – 2004.

493 Inspetor 2: [...] °o Anderson rapaz ((falando consigo mesmo)) (0.3) aquele
494 aprontô aquele Anderson né
((linhas omitidas))
535 Inspetor 1: [...] só agora- é o seguinte né o: (.)
>agora< vocês vão tê que se cuidá
536 com esse cara ein?
537 Inspetor 2: [>porque eu vi< o cara é bandido?
>o cara é bandido<

A pista de contextualização visual observada corrobora esta análise na medida em que o policial parecia estar “falando consigo mesmo”. Não é o que parece acontecer na linha 537, quando, ao emitir uma nova avaliação sobre a mesma pessoa, i.e. Anderson⁹, o Inspetor 2 demonstra estar alarmando o suspeito para o perigo que a vítima (assim que se recuperar e sair do hospital) representa – já que, de acordo com o investigador, é um “bandido.” O fato que intensifica essa probabilidade é que o turno do Inspetor 2 foi proferido logo após o turno do Inspetor 1 [...] “vocês vão tê que se cuidá com esse cara ein?”

Avaliações sobre as situações

As avaliações concernentes às situações também são proferidas em vários momentos distintos. No primeiro recorte apresentado abaixo, o juízo expresso pelo Inspetor 2 – a palavra “horrrível” proferida de forma enfática (linha 744) – acerca da circunstância na qual uma mulher grávida foi morta parece indicar uma reprovação em relação ao fato em si.

Excerto 17. Transcrição IP1/3DCSL – 2004.

744 Inspetor 2: [que mataram a mulher grávida lá:?
naquela situação horrrível lá.[...]

No trecho subsequente (linhas 358-359), a avaliação sobre “fazer outro depoimento” parece funcionar como um conselho. O inspetor julga tal possibilidade “inconveniente” para o suspeito. A avaliação foi emitida pelo Inspetor 2 em razão do suspeito ter mencionado certo desejo em modificar sua versão dos fatos.¹⁰

Excerto 18. Transcrição IP2/3DCSL – 2004.

358 Inspetor 2: [(se eu () o depoimento aqui? se tu quis[é (nós fizemos) outro? eu
359 só acho que não é conveniente pra ti né=

Já na linha 543 (“criaste um inimigo”), o mesmo Inspetor dá mostras de estar alarmando o suspeito para o perigo que a vítima, pelo fato de não ter sido morta, representa para ele.

Excerto 19. Transcrição IP3/3DCSL – 2004.

543 Inspetor 2: =tu:::::er. criaste um inimigo aí. né?

Por outro lado, talvez em razão de estar emitindo juízo referente a um mesmo tópico (a situação do acusado), o Inspetor 1, como se pode observar nos excertos abaixo (linhas 381-382, 387-389 e linhas 533-535), parece estar prevenindo o acusado para a vicissitude dos acontecimentos.

Excerto 20. Transcrição IP3/3DCSL – 2004.

381 Inspetor 1: só que te digo uma coisa né o:::
mauro (.) a coisa aqui não tá fácil?
382 [tá no início. essa situação [é complicada(.) tá?
((linhas omitidas))
387 Inspetor 1: >na realidade< o que caracteriza aí não é: nem uma::: uma:: (.) lesão orporal? e sim uma tentativa de homicídio. (.) tá? (.) quer dizê a pena? é é ruim? não é boa? [(.) tá
388 ((linhas omitidas))
389 Inspetor 1: [...] (.) olha tchê? e é outra coisa? a coisa tende a ficá mais séria
534 ainda né.que esse cara tá saindo do hospital? (.) (o tiro) só pegô no braço tal tal (.) o homem tá saindo
535 do hospital?

Ao mesmo tempo em que avaliam a situação, os policiais também aconselham e alertam o suspeito, como se pode observar a seguir.

⁹ Pode-se verificar que o policial está falando da mesma pessoa através da transcrição completa do inquérito.

¹⁰ Pode-se verificar esse fato através da transcrição completa do inquérito.

Excerto 21. Transcrição IP3/3DCSL – 2004.

536 Inspetor 2: [...] só agora- é o seguinte né o: (.)
>agora< vocês vão tê que se
537 cuidá com esse cara ein?
(linhas omitidas)
544 Inspetor 2: e melhor ele com ele no hospital lá
enquanto ele tá desarmado? e
545 Inspetor 1: agora::
546 Inspetor 2: >é melhor< é melhor tu ir lá no
hospital conversá com ele. depois
do hospital ele vai saí bu[fando

No excerto acima, é possível verificar a preocupação dos policiais para com a integridade física do suspeito, já que a tentativa de homicídio na qual pai e filho (o termo “vocês”, na linha 536, refere-se a ambos) estão envolvidos foi frustrada. O alerta pode ser percebido pela elocução que se inicia na linha 536 e termina na linha 537, na qual a expressão “vocês vão tê que se cuidá” denota perigo iminente, neste caso, assim que a vítima sair do hospital. Já o conselho é oferecido pelo Inspetor 2 e mostra-se através do termo “é melhor”, primeiramente proferido na linha 544 e depois na linha 546. Nota-se que o próprio conselho é também um alerta, pois o termo “é melhor”, ao contrário do verbo “deveria”, por exemplo, é muito mais enfático. Enquanto “deveria” parece soar como uma opinião ou conselho, “é melhor” parece exprimir quase uma ameaça.

Avaliações sobre o suspeito

Finalmente, pode-se perceber que, embora empenhados na execução de suas tarefas, ambos os policiais também não se eximem de proferir suas opiniões a respeito dos próprios suspeitos. É interessante (ou talvez até cômico) atentar, por exemplo, para o grau de informalidade da apreciação feita pelo Inspetor 1 a respeito da pontaria do suspeito, no excerto 22 abaixo.

Excerto 22. Transcrição IP1/3DCSL – 2004.

85 Inspetor 1: =tá mal de pontaria pra caramba
(linhas omitidas)
619 Inspetor 1: eu disse que tu tava mal de pontaria
mas tu não tá não cara
620 Inspetor 2: hm tá aqui
621 Inspetor 1: só isso aqui tiraram do corpo do cara
ó? ((referindo-se aos projéteis
622 retirados do corpo da vítima))

Ao avaliar negativamente a pontaria do suspeito, o que parece demonstrar certo desprezo do Inspetor 1 para com a habilidade do suspeito, o policial usa a gíria “pra caramba”, o que intensifica a casualidade com que é proferida a avaliação. Em um segundo momento, na linha 619, portanto um tempo considerável após a primeira ava-

liação, o Inspetor 1 retoma o assunto “pontaria”, mas agora fazendo uma reavaliação de sua avaliação anterior (“eu disse que tu tava mal de pontaria mas tu não tá não cara”). A elocução da linha 621 (“só isso aqui tiraram do corpo do cara oh?”) sustenta a reavaliação feita pelo Inspetor 1 sobre a capacidade de tiro do suspeito. Outro fato que destacamos é a sintonia dos dois investigadores no que tange às ações nas quais estão envolvidos. Isto é, a fala do Inspetor 2 na linha 620 (“hm tá aqui”) mostra como a avaliação do suspeito é co-construída pelos investigadores.

Considerações finais

Percebe-se que enquanto os interrogatórios policiais na Austrália, Estados Unidos e Holanda assemelham-se na forma como são conduzidos, os interrogatórios policiais brasileiros do contexto investigado divergem de todos esses em vários aspectos. Os principais fenômenos nos interrogatórios policiais brasileiros responsáveis por tal dissonância são: (1) o uso da ironia, (2) a criação de hipóteses sem o uso de metalinguagem e (3) a projeção de avaliações sobre situações envolvidas no crime, sobre tópicos mencionados pelo depoente e sobre o próprio depoente. As interações são também permeadas por risos (e até mesmo gargalhadas), iniciados pelos Investigadores, e com os quais os depoentes ora se alinham, ora não. Também diferentemente do que foi observado em interrogatórios conduzidos em outros países, os policiais do contexto investigado optam pelo uso da gíria e expressões coloquiais (ao invés de palavras e expressões mais técnicas), por posições de não-neutralidade, por afiliação e desafiação, opções essas que parecem atribuir características de conversas cotidianas àquelas interações.

Arriscamos conjecturar que talvez seja justamente em função dessas características menos “institucionais” observadas nas interações analisadas que os policiais que participaram do estudo mostraram-se tão interacionalmente habilidosos e seguiram, talvez intuitivamente, alguns dos conselhos oferecidos por Shuy (1998) para investigadores/as policiais, relativos à condução de um interrogatório. Os policiais brasileiros investigados parecem não estar tão preocupados quanto seus pares estadunidenses, australianos e holandeses com a possível invalidação do inquérito devido a um uso da língua que possa ser considerado “inapropriado” (Heydon, 2005, p. 9) – muito provavelmente, porque, no contexto estudado, esse uso não seja, de fato, considerado inapropriado.

Referências

- ATKINSON, J.M. e HERITAGE, J. 1984. *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, 446 p.
- ATKINSON, J.M. 1992. Displaying Neutrality: Formal Aspects of Informal Court Proceedings. In: P. DREW e J. HERITAGE

- (eds.), *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 199-211.
- BATESON, G. 1972. *Steps to an Ecology of Mind*. New York, Ballantine, 565 p.
- BUTTON, G. 1992. Answers as Interactional Products: Two Sequential Practices Used in Job Interviews. In: P. DREW e J. HERITAGE (eds.), *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 212-231.
- CLIFT, R. 1999. Irony in Conversation. *Language in Society*, **28**(4):523-553.
- DREW, P. e HERITAGE, J. (eds.). 1992a. *Talk at Work*. Cambridge, Cambridge University Press, 580p.
- DREW, P.; HERITAGE, J. 1992b. Analyzing Talk at Work: An Introduction. In: P. DREW e J. HERITAGE (eds.), *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 3-65.
- GOFFMAN, E. 1974. *Frame Analysis*. New York, Harper & Row, 600 p.
- GREATBATCH, D. 1992. On the Management of Disagreement Between News Interviews. In: P. DREW e J. HERITAGE (eds.), *Talk at Work: Interaction in Institutional Setting*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 268-301.
- HERITAGE, J. e SEFI, S. 1992. Dilemmas of Advice: Aspects of the Delivery and Reception of Advice in Interactions Between Health Visitors and First Time Mothers. In: P. DREW e J. C. HERITAGE (eds.), *Talk at Work: Interaction in Institutional Settings*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 359-419.
- HEYDON, G. 2005. *The Language of Police Interviewing: A Critical Analysis*. New York, Palgrave Macmillan, 240 p.
- KOMTER, M. 2003. The Interactional Dynamics of Eliciting a Confession in a Dutch Police Interrogation. *Research on Language and Social Interaction*, **36**(4):433-470.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em http://www.mj.gov.br/senasp/home_estatisticas.htm. Acesso em: maio de 2007.
- OSTERMANN, A.C. 2000. *Reifying and Defying Sisterhood: Communities of Practice at Work at an All-Female Police Station and a Feminist Crisis Intervention Center in Brazil*. Tese de Ph.D., University of Michigan, Ann Arbor, MI. 259 p.
- OSTERMANN, A.C. 2003. Communities of practice at work: Gender, facework and the power of habitus at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. *Discourse & Society*, **14**(4), 473-505.
- OSTERMANN, A.C. 2006. Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: V. HEBERLE; A. C. OSTERMANN e D.C. FIGUEIREDO (orgs.), *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis, Editora da UFSC, p. 15-47.
- SCHNACK, C.; PISONI, T. e OSTERMANN, A.C. 2005. Transcrição de fala: do evento real à representação escrita. *Entrelinhas*, 2, 2. Disponível em: <http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=12>. Acesso em: maio de 2007.
- SETTLE, R. 1990. *Police Power: Use and Abuse*. Northcote, Muxworthy Press, 240 p.
- SHUY, R. W. 1998. *The Language of Confession, Interrogation, and Deception*. London, SAGE, 216 p.
- SPEER, S. e PARSONS, C. 2006. Gatekeeping gender: some features of the use of hypothetical questions in the psychiatric assessment of transsexual patients. *Discourse & Society* **17**(6):785-812.
- SPERBER, D. e WILSON, D. 1995. *Relevance: Communication and Cognition*. 2ª ed., Oxford, Blackwell, 336 p.
- SWALES, J. 1996. Occluded genres in the academy: the case of the submission letter. In: E. VENTOLA e A. MAURANEN (eds.), *Academic writing: Intercultural and textual issues*. Amsterdam, John Benjamins, p. 45-58.
- ZIMMERMAN, D. 1992. *Achieving context: openings in emergency calls*. In: G. WATSON, e R. SEILER (eds.) *Text in Context: Contributions in Ethnomethodology*. Newbury Park NJ, SAGE, 326 p.

Submetido em: 04/06/2007

Aceito em: 30/07/2007

Apêndice: Convenções Utilizadas

As convenções utilizadas na transcrição dos inquéritos investigados aqui são as traduzidas e adaptadas por Schnack *et al.* (2005) a partir das convenções propostas por Gail Jefferson, em Atkinson e Heritage (1984), a saber:

[texto]	falas sobrepostas
(1.8)	pausa, com o tempo da pausa entre parênteses
(.)	Micropausa; menos que 0.2 segundos de ausência de fala
=	fala colada à elocução anterior
,	entonação contínua
.	entonação descendente
?	entonação ascendente
-	interrupção abrupta da fala
:	alongamento de som
Hh	expiração audível
.hh	inspiração audível
-'	mudança no timbre (mais agudo ou mais grave do que no contexto anterior e posterior)
>texto<	fala mais rápida do que no contexto anterior e posterior
<texto>	fala mais lenta do que no contexto anterior e posterior
°texto°	fala em voz mais baixa do que no contexto anterior e posterior
TEXTO	fala com volume mais alto do que no contexto anterior e posterior
@@@	pulsos de risadas
(texto)	dúvidas na transcrição; transcrição tentativa
XXXX	fala inaudível
((texto))	((descrição de atividade não-vocal ou comentários não passíveis de representação através das convenções listadas))
Negrito	parte da interação que o analista quer destacar para o leitor

Daniela Negraes Pinheiro Andrade

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada

Unisinos, RS, Brasil

Ana Cristina Ostermann

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada

Unisinos, RS, Brasil